



## **COVID-19, agricultura familiar e desenvolvimento regional: uma análise da Região do Vale do Caí, RS**

**Cidonea Machado Deponti**

**Potira Viegas Preiss**

**Resumo:** A COVID-19 tem afetado profundamente o cotidiano da população, desencadeando uma crise social, política, econômica e ambiental. Pesquisas realizadas no final de 2020 pela Rede PENSSAN revelam que ocorreu uma ampliação dos domicílios brasileiros que se encontravam em insegurança alimentar. Esta insegurança é ainda mais grave nas áreas rurais. Este artigo busca discutir como a pandemia COVID-19 tem incidido sobre os espaços de comercialização direta da agricultura familiar no Vale do Caí (Rio Grande do Sul) e as possíveis consequências para o desenvolvimento da região. O artigo tem como base dados coletados por meio de uma pesquisa realizada em 2020 como parte das ações do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) por meio de dados primários e secundários. Verificou-se que há poucos canais de comercialização direta com a agricultura familiar na região, mas que esses canais, na maioria dos casos, não sofreram alterações ou uma pequena redução no movimento. Dessa forma, concluiu-se que tal fato é altamente positivo, visto que indica a manutenção da renda dos agricultores, um elemento chave para a reprodução social. A pesquisa também contribui ao demonstrar à sociedade quais são os atores, os canais de comercialização e os alimentos que estão enraizados no seu território e quais as ações que contribuem para o desenvolvimento regional.

**Palavras chave:** Mercados de Proximidade. Territórios. Agricultura Local. Pandemia.

### **Introdução:**

A COVID-19 tem trazido um desafio inédito para a sociedade, visto que a partir de uma crise sanitária de proporções globais as diferentes áreas da vida têm sido afetadas. Após um ano e alguns meses, mesmo com o início da vacinação, o cenário segue sendo



muito desolador visto que o número de mortos no país já ultrapassou a cifra de 400 mil pessoas. A necessidade de afastamento social vivida em todo o país como forma de prevenção à COVID-19 tem afetado profundamente o cotidiano da população, com uma intensa precarização das condições de vida em múltiplas dimensões, visto que além da saúde temos a soma de uma crise social, política, econômica e ambiental.

Alguns dos dados que auxiliam a contextualizar esse cenário são os dados recentemente publicados por uma pesquisa realizada no final de 2020 pela Rede PENSSAN revelam que 55,2% dos domicílios brasileiros se encontravam em Insegurança Alimentar, o equivalente a 116,8 milhões de pessoas das quais encontram em estado efetivo de fome uma soma de 19 milhões de brasileiros (REDE PENSSAN, 2021). A insegurança alimentar é mais grave nas áreas rurais e somente entre os agricultores familiares a fome atinge 14,3% da população, sendo que 65,2% desta categoria apresenta algum nível de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021). Portanto, o país volta a figurar no mapa da fome justamente em um momento em que a população necessita ainda mais de uma alimentação completa e adequada que permita a manutenção da saúde.

Outro elemento angustiante é o crescente índice de desemprego no país que já atinge 14,4 milhões de pessoas, sendo a maior taxa da série histórica já registrada no país (IBGE, 2021). Ambos os fatores estão diretamente relacionados, pois sabemos que um dos grandes empecilhos para a realização do direito humano a uma alimentação adequada é a falta de acesso aos alimentos pela falta de recursos financeiros para comprar alimentos. O contexto torna-se ainda mais grave devido à inflação e a alta dos preços de alimentos que chegaram a subir 15% ao longo de 2020, em especial em itens de consumo básico da dieta brasileira como o arroz que aumentou 69,8% e a batata com uma elevação de 47, 84% (PAMPLONA, 2021).

No que diz respeito à crise política, temos que considerar a inabilidade do governo federal em conter a pandemia no Brasil ou criar medidas efetivas para auxiliar a população a contornar os desafios que se apresentam. A implementação de uma agenda neoliberal e conservadora, com redução de políticas em áreas essenciais à sociedade como segurança alimentar, geração de renda, saúde, educação e produção científica. Portanto, malgrado as adversidades que a COVID-19 nos traz, os problemas sociais que temos vividos iniciaram muitos antes e estão altamente vinculados ao modelo de desenvolvimento hegemônico que atua como um gerador de desigualdades. Em especial, o sistema alimentar global tem sido vinculado por diversos autores como um disruptor de crises visto que a forma como



produzimos, distribuimos e consumimos alimentos está no centro das pandemias contemporâneas atuais - a desnutrição, a obesidade e as mudanças, e para alguns autores, este também seria o caso da COVID-19 (SWINBURN et al., 2019; POLLAN, 2020; OLIVEIRA, 2020; PREISS et al, 2020). Neste sentido, superar a pandemia passa não só pela busca de alternativas médicas à doença, mas também pelo empenho em resolver processos mais amplos que envolvem a qualidade de vida da população.

Dada a relevância da agricultura familiar no país principal como produtora de alimentos de base e setor responsável pela maioria da população ocupada nas áreas rurais, este artigo busca discutir como a pandemia COVID-19 tem incidido sobre os espaços de comercialização direta da agricultura familiar no Vale do Caí (Rio Grande do Sul) e as possíveis consequências para o desenvolvimento da região. O artigo tem como base dados coletados por meio de uma pesquisa realizada em 2020 como parte das ações do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) frente à COVID-19.

Após essa introdução o artigo é composto por cinco seções. Na primeira discute-se sobre a agricultura familiar, os mercados e o desenvolvimento regional procurando demonstrar a relevância da agricultura familiar para a produção de alimentos saudáveis, principalmente em um momento pandêmico. Na segunda seção trata-se dos aspectos metodológicos em que se apresentam os instrumentos de coleta e de análise dos dados, além da descrição da operacionalização da pesquisa. Na terceira seção discutem-se os resultados da pesquisa vinculando-os com a abordagem teórica eleita. Finalmente, a última seção apresenta as considerações finais.

### **Agricultura familiar, mercados e desenvolvimento regional**

A relevância da agricultura familiar ao desenvolvimento é reconhecida internacionalmente. Em termos globais, a agricultura familiar é responsável por 80% do valor de produção de alimentos, envolvendo como força de trabalho cerca de 500 milhões de pessoas, uma atividade que ocorre majoritariamente em propriedades de menos de dois hectares (FAO, 2014). Carron et al. (2020) destaca que para que possamos alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável propostos pela agenda 2030 precisamos ter um renascimento das áreas rurais e uma maior valorização do trabalho multidimensional realizado pela agricultura familiar na produção de alimentos, manutenção de culturas e



preservação ambiental. Para tanto, FAO e IFAD (2019) destacam a relevância de implementação de ações de assistência e fortalecimento da agricultura familiar como uma categoria social estratégica para o desenvolvimento social e sustentável.

Em termos nacionais, a agricultura familiar representa 77% do total de estabelecimentos agrícolas, gerando renda para cerca de 10,1 milhões de pessoas, uma estimativa correspondente a 67% da população economicamente ativa nas atividades agropecuárias (CENSO AGRO, 2019). O Censo Agro (2019) releva ainda a permanência de um contexto altamente desigual na distribuição de terras e de recursos públicos frente à agricultura patronal, levando a agricultura familiar a maior precarização e vulnerabilidade. A relevância da agricultura não se dá apenas por sua contribuição em termos de população e de geração produtiva, mas porque é justamente ela quem produz alimentos de forma diversificada e com baixo impacto ambiental, fornecendo frutas e verduras com composições ricas em micronutrientes (POPKIN, 2014; FANZO, 2018). Esses elementos e outros já amplamente analisados colocam a agricultura familiar como essencial para o atendimento da segurança alimentar e nutricional da população (MALUF et al., 2015; IPES-Food, 2016; PREISS, SCHNEIDER e COELHO-DE-SOUZA, 2020).

Frente ao contexto vivido pela COVID-19, diferentes estudos nacionais e internacionais têm indicado como a pandemia tem impactado a agricultura familiar, acarretando em dificuldades para manter suas formas de produção e comercialização, com consequências diretas na renda e na qualidade de vida (IICA, 2020; Salazar 2020; MATAMOROS; 2020; PREISS, et al., 2020; VALADAREs et al, 2020; TITTONELL et al. 2020). Ainda que a contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional seja bastante ampla, para os fins deste artigo daremos uma centralidade especial aos espaços de comercialização protagonizados pelos agricultores, mais efetivamente os mercados de proximidade e territoriais. A terminologia é proposta por Schneider (2016), que sugere uma tipologia dividida em quatro tipos de mercados – os convencionais, os institucionais, os de proximidade e os territoriais.

Os mercados convencionais seriam aqueles vinculados à agricultura industrializada, centrada em commodities para comercialização internacional, em que os agricultores familiares têm pouco poder de inserção ou de determinação (SCHNEIDER, 2016). Já os institucionais, são os mercados em que o Estado atua como comprador de forma a ativar a produção incentivando determinados produtos ou setores sociais, como é o caso do



Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE (SCHNEIDER, 2016).

Por sua vez os mercados de proximidade e os territoriais são aqueles em que em que há forte enraizamento social entre determinados grupos de atores (agricultores, produtores e consumidores) e vínculo com regiões geográficas específicas, funcionando frequentemente com um menor nível de formalização e institucionalidade (Schneider, 2016). Os mercados de proximidade em que se estabelecem dinâmicas de trocas diretas entre produtores e consumidores por meio de transações localizadas. Estes mercados são caracterizados por um alto controle social das relações e uma boa autonomia dos agricultores frente aos processos produtivos e comerciais. Os canais de comercialização associados a estes mercados são as feiras, os grupos de consumo, compras na propriedade e os sistemas de entrega domiciliar mobilizados por agricultores. Nesses canais são ofertados majoritariamente alimentos in natura, frescos e sazonais, tornando-os de especial interesse para a SAN. Os mercados territoriais também apresentam uma importante contribuição para a SAN ao ofertarem alimentos diferenciados, vinculados a determinadas culturas ou territórios, fomentando assim a diversidade cultural e a manutenção de determinados grupos sociais ou ainda formas de saber-fazer (Preiss e Schneider, 2020).

Nesse sentido, ambos os casos contribuem diretamente com o desenvolvimento regional porque conjugam de forma articulada processos sociais, econômicos, culturais e ecológicos através do fluxo dos alimentos de forma a fortalecer especificidades territoriais (PREISS E DEPONTI, 2020). Esse processo se dá em especial através das articulações e das redes entre agricultores familiares e consumidores que em dinâmicas colaborativas possibilitam o intercâmbio de alimentos da sociobiodiversidade vinculados aos processos de realocação alimentar e a reconexão entre rural e urbano (PREISS E DEPONTI, 2020). Nesse sentido, fomento a compreensão do desenvolvimento regional como dinâmicas multissetoriais e multidimensionais em que diferentes temas e problemáticas socioeconômicas e ambientais podem ser analisadas de forma integrada frente a problemáticas antigas (pobreza, fome, precarização das relações de trabalho, concentração fundiária) e contemporâneas (novas ruralidades, crise climática, crescente urbanização, etc..) (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019).

## **Caminho metodológico percorrido**



A pesquisa tem como base uma metodologia exploratória, com levantamento de dados qualitativos e quantitativos, utilizando fontes primárias e secundárias. A coleta dos dados iniciou no dia 6 de abril e encerrou em 31 de agosto de 2020, tendo cinco regiões do Estado do Rio Grande do Sul como foco empírico, ainda que neste trabalho focaremos nos resultados relativos à Região do Vale do Caí.

Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas realizadas in loco ou via telefone com os gestores e responsáveis pelos canais de abastecimento, tendo como base quatro formulários que consideravam diferentes situações: Feiras ativas (11 questões abertas e 11 questões fechadas); Feiras funcionando apenas com entrega domiciliar de alimentos (11 questões abertas e 21 questões fechadas); Feiras suspensas e sem nenhum tipo de comercialização (11 questões abertas e nove questões fechadas) e por fim sistemas de comércio com entrega domiciliar, vinculados a agricultura familiar (11 questões abertas e 18 questões fechadas). Cada formulário continha questões sobre dados básicos, características sobre o funcionamento das experiências e questões relativas às reações e adaptações frente à COVID-19. A coleta dos dados contou com o apoio da EMATER-RS. Todos os entrevistados foram informados dos fins da pesquisa e uso dos dados coletados, tendo inclusive a possibilidade de receber o retorno dos resultados. Após o trabalho de campo, os canais de comercialização mapeados foram organizados e categorizados da seguinte forma:

\*Feiras convencionais: canais em que são comercializados alimentos produzidos por agricultores familiares a partir de um manejo convencional de produção, não assumindo compromissos sobre o uso e/ou monitoramento de agrotóxicos;

\*Feiras Agroecológicas/Orgânicas: enquadradas as feiras em que no tipo de produtos comercializados eram mencionados produtos exclusivamente agroecológicos ou orgânicos;

\*Feira Mista: casos em há comercialização tanto de produtos convencionais da agricultura familiar como produtos agroecológicos ou orgânicos, indicando a coexistência de bancas com tipos de produtos distintos.

\*Comércio com entrega domiciliar vinculada a Agricultura Familiar (AF): iniciativas que tenham a comercialização mobilizada de forma direta pelos agricultores ou até um intermediário entre os agricultores familiares e consumidores, realizando em todos os casos entrega domiciliar dos alimentos. Em termos de forma de organização ou pessoa jurídica podem constar nesta categoria: Grupo de Consumo Responsável; CSA - Comunidade que



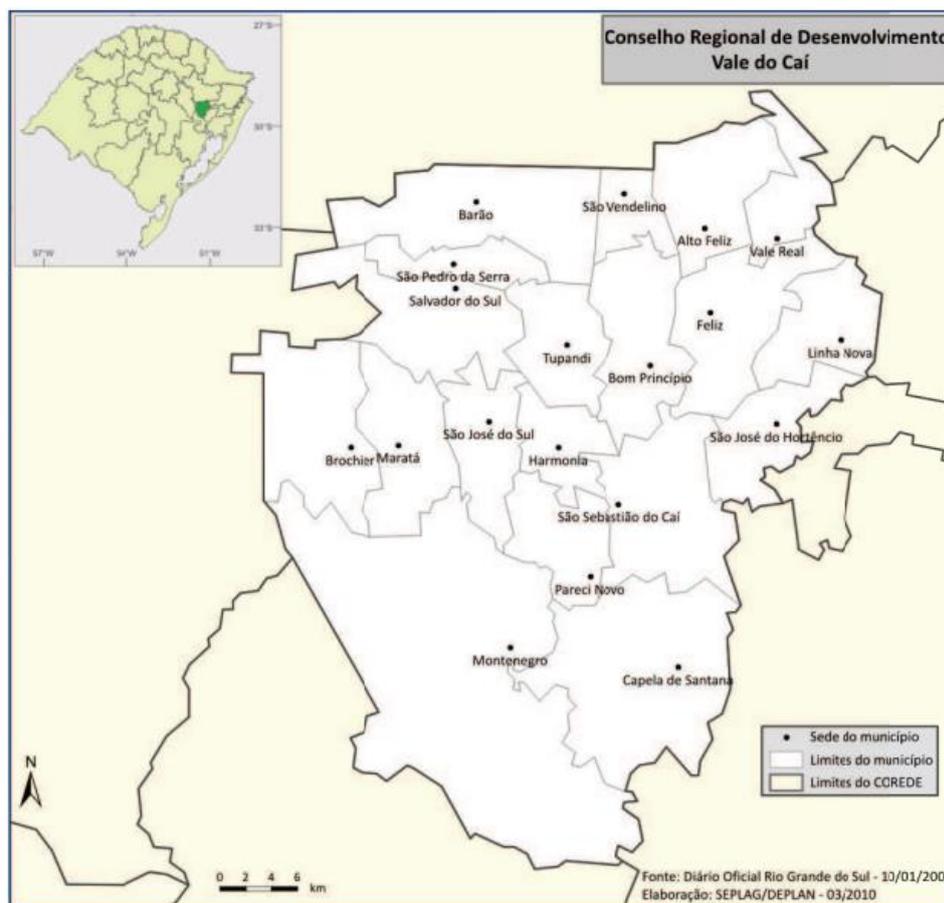
Sustenta a Agricultura, Cooperativas de Consumo; Cooperativas de Agricultores, Sistemas cestas, clubes de compras e lojas especializadas (físicas ou virtuais).

No que diz respeito aos dados secundários sobre a agricultura familiar e desenvolvimento socioeconômico, buscamos os dados oficiais no IBGE, em especial, o Censo demográfico de 2010 e o Censo Agropecuário de 2017 para fornecer informações sobre questões sociais, demográficas e produtivas sobre a região pesquisada. De forma complementar, outras pesquisas foram utilizadas e são citadas em cada caso. Os dados apresentados em parte são mapas e análises desenvolvidas no âmbito do projeto ObservaDR/COVID-19, coordenado pelo Prof. Rogério Leandro Lima da Silveira e publicados no portal do Observa DR. Em parte, os mapas foram produzidos especificamente para esta pesquisa, sendo a autoria mencionada em cada caso.

### **Região Vale do Caí, Rio Grande do Sul (RS).**

Conforme ilustrado na figura 1, a região deste COREDE envolve 19 Municípios: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

**Figura 1: Localização geográfica do Vale do Caí**



Fonte: Perfis Regionais 2015 – Vale do Caí (2015, p. 3).

A região conta com uma população total de 192.898 habitantes, abrangendo uma área de 1.854,4 km<sup>2</sup> (FEE, 2019). Do total de habitantes dessa região, 74% residem em áreas urbanas e 26% em áreas rurais (Corede Caí, 2015). O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE, 2015) da região é de 0,763, um valor que indica uma situação mediana que se registra em todos os municípios.

Em 2015, o Perfil Socioeconômico do COREDE Vale do Caí engloba três setores da economia: a agropecuária com 17%, a indústria com 32,8% e o setor de serviços com 50,2%. O município de Salvador do Sul é o que tem maior participação da Agropecuária na composição de seu produto, com 23% (a criação de aves predomina, com uma taxa de 88,1%). Montenegro tem a maior parcela na Indústria com 57% e também nos Serviços, com 41,3% do grupo. Na indústria pode-se destacar o setor de calçados e na agropecuária o setor de aves e suínos. Das atividades agropecuárias destacam-se a citricultura, a criação



de gado de leite, a olericultura, a silvicultura e a avicultura. As principais transações comerciais são com Porto Alegre e com os municípios da Serra Gaúcha.

Observa-se que os municípios que apresentam maior população que vive no meio rural, em ordem decrescente são: Montenegro (5.786 habitantes); Capela de Santana (4.697 habitantes); São Sebastião do Caí (4.324 habitantes); Feliz (2.943 habitantes) e Harmonia (1.798 habitantes) (PERFIS REGIONAIS 2015 – VALE DO CAÍ, 2015).

Os dados permitem afirmar que o COREDE do Vale do Caí em geral tem uma média de 0,731 no Índice de Desenvolvimento Humano com base no ano de 2010, classificando-o na faixa alta de desenvolvimento. Em comparação, em 1991 o IDHM médio do COREDE era de 0,491 (faixa de desenvolvimento muito baixa), representando um crescimento médio de 49,08% no período. (PERFIS REGIONAIS 2015 – VALE DO CAÍ, 2015).

O primeiro lugar do Brasil em igualdade na distribuição de renda<sup>1</sup> está no Vale do Caí: é São José do Hortêncio, com 0,28. Alto Feliz, Vale Real e São Vendelino, com 0,29; e o quarto, Tupandi, com 0,31. No mesmo ano, o Gini para o Rio Grande do Sul foi de 0,54 e para o Brasil foi de 0,6, fazendo-o, assim, uma das nações mais desiguais do planeta. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Índice de Gini da Noruega foi de 0,25, fazendo dos municípios do COREDE Vale do Caí muito próximos à referência internacional de igualdade. (Atlas das Nações Unidas, 2013).

De acordo com os dados do Censo Agro (2019) existem na região 13.662 agricultores familiares, dos quais 8.433 (63%) são homens e 4.930 (37%) são mulheres. Em termos de produção, diferentes municípios da região se destacam no *rank* de maiores produtores do RS para os alimentos dois alimentos de referência – laranja e bergamota, a saber: Maratá, Montenegro, Pareci Novo, São José do Hortêncio, São José do Sul e São Sebastião do Caí. No caso da produção de laranja destacam-se Tupandi, Harmonia e Montenegro e no caso da bergamota destacam-se Montenegro, Pareci Novo e São José do Sul. A produção total no Vale do Caí de bergamota e de laranja foi de 62.629 ton./ano e 38.278 ton./ano, respectivamente.

Ainda é possível constatar a concentração dos segmentos mais importantes da Indústria de Transformação no Vale do Caí. A fabricação de alimentos, que detém o maior número de empregados, está distribuída principalmente entre São Sebastião do Caí e Montenegro; o segmento de máquinas e de equipamentos se concentra majoritariamente

---

<sup>1</sup> O Índice de Gini varia de 0 a 1, onde zero seria possível apenas se toda população tivesse a mesma renda, num estado de total igualdade.

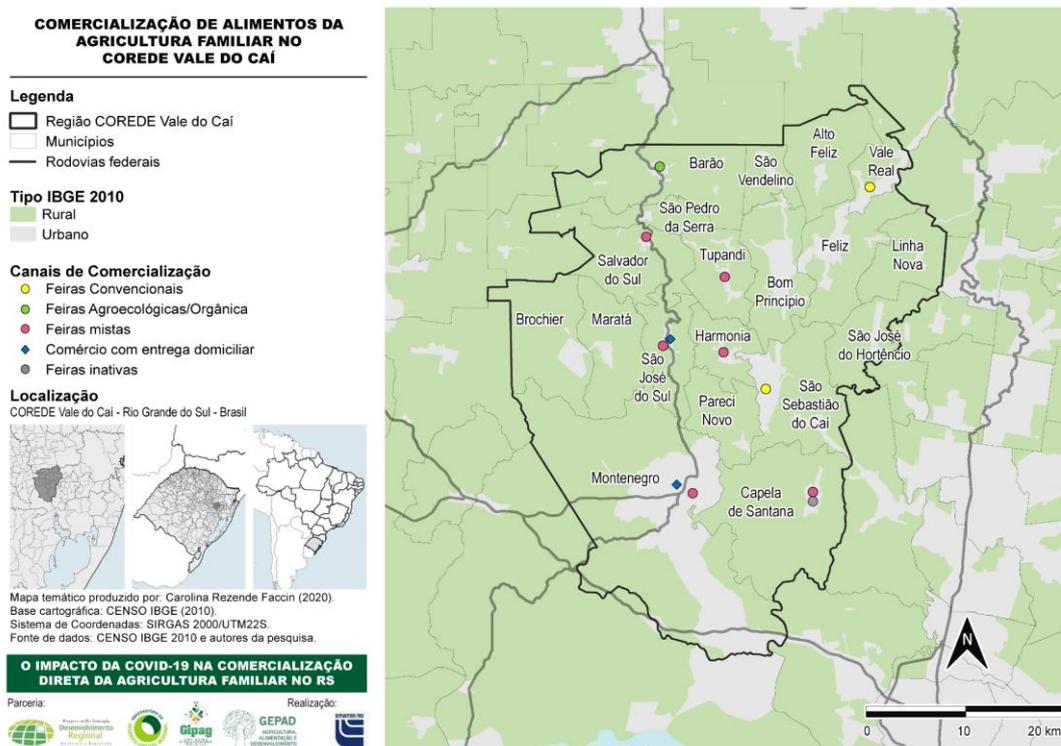


em Montenegro; a fabricação de material plástico ocorre em Montenegro, Feliz e Barão; já a fabricação de móveis ocorre, sobretudo em Tupandi, Bom Princípio e Barão, municípios mais próximos aos COREDEs Serra e Hortênsias. A fabricação de cimento e vidro se destaca em Bom Princípio. Tais informações permitem observar o potencial da realocização alimentar na região, considerando que a fabricação de alimentos pela indústria sugere a demanda de alimentos e que os agricultores familiares são os maiores produtores na região.

## **Resultados e Discussão**

Foram identificados na região do Vale do Caí 13 canais de comercialização vinculados diretamente à agricultura familiar, dos quais 12 estavam em funcionamento conforme a figura 2. No caso da Região do Vale do Caí à área caracterizada como rural destaca-se amplamente em relação à urbana, sendo todos os canais de comercialização mapeados em situados em espaço urbano. Os municípios de Alto Feliz, Brochier, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Pareci Novo, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São Vendelino não apresentam nem feiras nem comércio com entrega domiciliar. Apenas três municípios apresentam mais de uma experiência de abastecimento identificada, são eles: a) Montenegro com a Feira ativa Casa do Produtor Rural e o comércio com entrega domiciliar da Família Kranz; b) Barão com a Feira Municipal de Produtores e a Feira de produtos orgânicos atuando apenas com entrega domiciliar; e, c) Capela de Santana com a Feira da Estação e a Feira da Praça (inativa no momento da coleta de dados).

**Figura 2: Localização dos canais de comercialização mapeados no Vale do Caí**



Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa (2020).

Apesar de Montenegro ser um município polo para a região em termos de serviços de educação, saúde e comércio em geral, diferente das outras regiões estudadas, não há uma quantidade expressiva de canais de comercialização da agricultura familiar indicando um fluxo de agricultores da região para comercialização no Município. A maioria dos canais funciona de forma bastante localizada, com agricultores provenientes do próprio município e com pequenos grupos familiares, tendo neste caso dinâmicas de abastecimento a partir de cinco famílias. A origem dos agricultores nos canais de abastecimento é majoritariamente municipal, sendo 83% oriundos do município e 17% do município e região. Portanto, a renda gerada por essa comercialização beneficia diretamente a população do Vale do Caí. Contribuindo para a reconfiguração do sistema alimentar regional, por meio de cadeias curtas de abastecimento que favorecem a manutenção da renda dentro da região.

Ademais as publicações recentes da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) tais como o “Estado da Alimentação e Agricultura” (2018; 2019) e “O futuro da alimentação e da agricultura - Tendências e desafios” (2017) afirmam de forma enfática que para enfrentar os desafios do século 21, é necessário repensar a



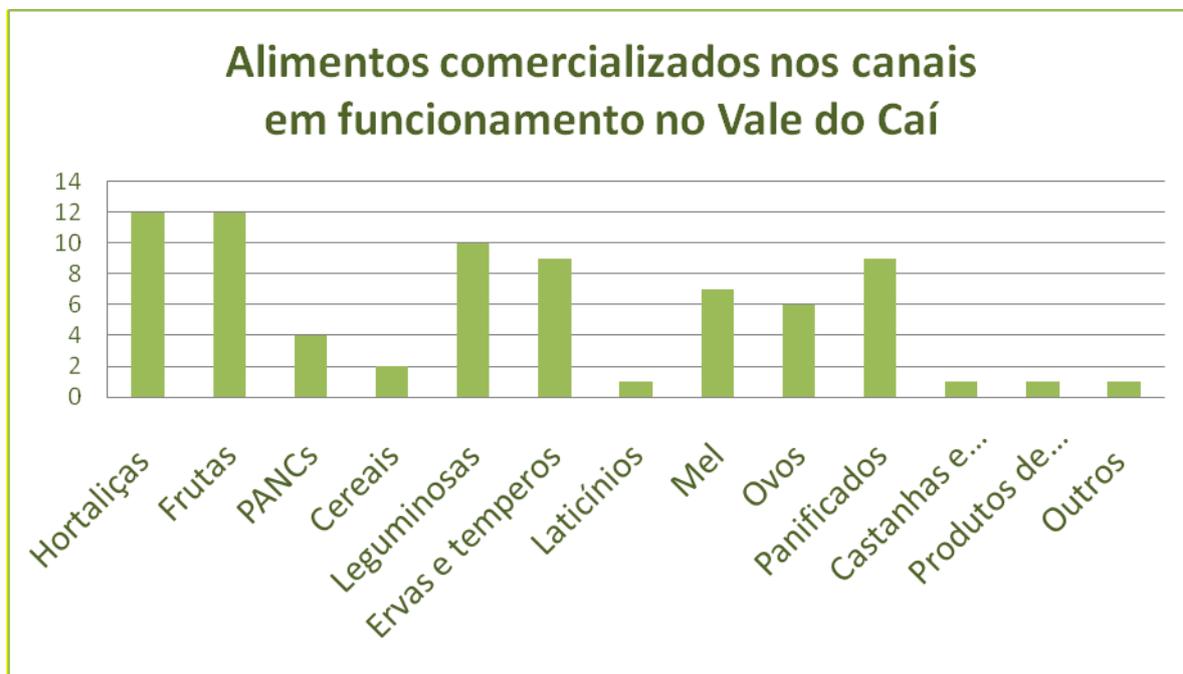
produção, a comercialização e o consumo de alimentos de forma que estes processos possam acontecer de formas mais ecológicas e socialmente inclusivas. Dessa forma, o estímulo à produção regional e a valorização do comércio local de alimentos poderá contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Destaca-se que o percentual de valor agregado da agropecuária no PIB da região não reflete a real contribuição deste setor para a economia regional, devendo ser considerado, ainda, que significativo dinamismo da indústria (fabricação de alimentos e máquinas e equipamentos) depende do setor agropecuário. Seja sob o aspecto da demanda de maquinários, seja sob o aspecto da oferta de alimentos.

Chama a atenção o fato de que para a maioria das feiras ativas, não houve redução no movimento durante a pandemia, indicando talvez um impacto baixo da Covid nestes canais de abastecimento da região. O dado sugere uma tendência contrária à identificada no país e nas demais regiões de estudo dessa pesquisa. No entanto, destaca-se que foi realizada uma campanha municipal promovida pela ACI, Sindilojas, Jornal Ibiá e UNISC denominada “Sou Daqui, Compro Aqui” que pode ter efeitos positivos na manutenção dos canais de comercialização.

Os alimentos ofertados (Figura 3) dão destaque a alimentos *in natura tais como* hortaliças, frutas, ervas, temperos, mel e ovos estão presentes em todos os canais. A categoria outros se refere a caldo de cana, cogumelos e brotos que são oferecidos unicamente na Feira Sabores de Tupandi. Há portanto uma sintonia com canais similares situados em diferentes partes do país e com os princípios orientadores da segurança alimentar e nutricional visto que estes são os grupos de considerados mais saudáveis pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, sendo seu consumo uma prioridade para garantia de uma dieta equilibrada não só em termos nutricionais, mas também a partir de uma compreensão integral e complexa da alimentação (BRASIL, 2014; PREISS; SCHNEIDER, 2020).

**Figura 3: Gráfico com os alimentos comercializados nos canais em funcionamento durante a pandemia no Vale do Caí**



Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa (2020).

No que diz respeito às instituições que atuaram frente auxiliando os agricultores familiares com medidas de prevenção e adaptação dos espaços de comercialização frente à pandemia do coronavírus, o destaque fica com a EMATER-RS e as prefeituras municipais, tendência também verificada em outras regiões analisadas (PREISS et al., 2020). É importante reconhecer que apesar das ações do governo federal terem deixado em muito a desejar frente ao apoio à agricultura familiar, a EMATER-RS tem tido uma atuação bastante dedicada, tendo lançado diferentes materiais de orientação aos agricultores, realizado diversas atividades online para debate e criado um portal específico ao tema em que auxilia também a conexão entre agricultores e consumidores nas diferentes regiões do estado.

Por sua vez, a maioria das prefeituras municipais emitiram decretos gerais para o funcionamento do comércio, por exemplo, em Montenegro o Decreto nº 8.020, de 19 de março de 2020, recomendava as medidas a serem adotadas frente ao Covid-10. Entre as medidas adotadas pelos agricultores dos canais mapeados, destaca-se a aumento no uso de embalagens, a emissão de informes para orientação aos consumidores, realização de mudanças no sistema de transporte e entrega; alterações na conformação da feira, redução



do número de agricultores nas bancas, o fornecimento de materiais de limpeza nas bancas, o atendimento de um número menor de clientes por vez e o cancelamento da degustação de produtos. Estas ações estão em sintonia com as recomendações dos órgãos de controle nacional tal como o MAPA (2020), mas também se assemelham a estratégias adotadas em outros países da América Latina. Em uma pesquisa focada em analisar a reação da agricultura familiar latino americana nos primeiros três meses de pandemia, Tittonell e colegas (2021) destacam como a capacidade organizativa dinâmica e adaptável desse segmento social foi instrumental para se adaptar com alta resiliência em vários países da região, mantendo o escoamento da produção local e garantindo alimentos frescos e de qualidade a população em face da COVID-19.

Para a região, três feiras tiveram que suspender suas atividades e passaram a funcionar apenas como entregas domiciliares durante a pandemia, conforme apresentado na tabela abaixo. De maneira geral, esse processo envolve mudanças em diferentes etapas e processos da comercialização, levando a adaptações e a um potencial processo de aprendizagem. No entanto, os relatos dos interlocutores parecem ter tido facilidade na maioria dos processos, com exceção da Feira Belezas e Sabores de São José do Sul que indica maior dificuldade em três etapas da comercialização: criar um sistema para divulgar os produtos, fazer contato com os consumidores e propor uma dinâmica de encomendas.

No caso de São José do Sul, a adaptação foi uma necessidade frente aos decretos municipais que impediram a realização da feira. Nos outros dois casos, a preocupação com a segurança dos feirantes e dos consumidores foi o principal motivo para a alteração na forma de comercialização. Em todos os casos, os produtos são divulgados através do aplicativo Whatsapp e os consumidores escolhem em uma lista o que querem receber (cestas abertas). As entregas são realizadas pelos próprios agricultores tendo uma variação entre 15 a 30 pedidos entre os casos. Os valores recebidos não passam de R\$ 50,00 em nenhum dos casos que só aceitam pagamento em dinheiro na entrega.

Agricultores das três feiras acreditam que o sistema com entrega domiciliar é mais trabalhoso do que a comercialização na feira, colocando em cheque a continuidade dessa forma de comercialização após a COVID. No entanto, a continuidade talvez seja uma possibilidade para as Feiras “Belezas e Sabores” de São José do Sul e “Feira de produtos orgânicos” de Barão visto que o rendimento tem sido maior do que o recebido normalmente na feira. A situação é inversa no caso da Feira Bruno Inácio Hammes de Vale Real.



A única feira que esteve inativa foi a Feira da Praça de Capela de Santana, que funcionava aos sábados pela manhã. Os produtos comercializados normalmente incluíam uma dinâmica mista entre produtos *in natura* e processados com produção orgânica com origem social na agricultura familiar e com beneficiários da reforma agrária. A Feira possui aproximadamente seis famílias de agricultores, a suspensão da feira teve como motivo central a preocupação com a saúde dos feirantes e consumidores, sendo percebida como pouco grave em termos de perda de renda, pois os agricultores possuem outras fontes de comercialização.

Apenas dois sistemas de comércio com entrega domiciliar foram identificados na região, sendo eles da Família Kranz (com vínculo a Cooperativa Ecocitrus) em Montenegro e da Família Flores em São José do Sul. Ambas dinâmicas já estavam em funcionamento antes da pandemia. Tem sido entregue uma média de 20 pedidos semanais, com valores entre R\$ 26,00 e R\$ 50,00. Os produtos disponíveis são divulgados através de uma lista divulgada via Whatsapp. Os próprios agricultores realizam as entregas e recebem o pagamento em dinheiro neste momento. A família Flores registrou um pequeno aumento na demanda durante a pandemia, diferente da Família Kranz que não percebeu alterações no movimento dos pedidos.

Diferentes estudos têm analisado como a pandemia tem acelerado os processos de digitalização da agricultura familiar, em especial no que diz respeito à criação de alternativas de comércio eletrônico. O tema é bastante complexo, visto que por um lado pode significar a expansão de mercados e a ampliação de consumidores, por outro a desigualdade social já vivida por muitos agricultores é reforçada pela falta de acesso a tecnologias ou até o conhecimento para manipulação dos softwares (CEPAL, 2020; PREISS, 2020).

## **Considerações finais**

Em termos produtivos, a região é a que mais se destaca no rank nacional com a produção de fruticultura não só na quantidade produzida, mas na diversidade de municípios envolvidos. No entanto, apresenta poucos canais de comercialização direta com a agricultura familiar.

Os dados tendem a indicar que os canais de comercialização da agricultura familiar na região foram pouco afetados pela COVID-19, visto que na maioria dos casos não há alterações ou uma pequena redução no movimento. Acreditamos que esse dado é



altamente positivo, visto que indica a manutenção da renda dos agricultores, um elemento chave para a reprodução social. Essa situação demonstra à sociedade quais são os atores, os canais de comercialização e os alimentos que estão enraizados no seu território e quais as ações que contribuem para o desenvolvimento regional.

No entanto, tais iniciativas necessitam de uma atuação muito mais efetiva e ampla do Estado, seja através da priorização de recursos financeiros para estimular os canais de comercialização direta entre produtor e consumidor (feiras, coletivos de consumo organizado, entregas domiciliares) ou criando estruturas públicas que facilitem o abastecimento regionalizado, tais como mecanismos similares ao vale-feira já presente em diferentes municípios brasileiros ou campanhas de valorização da produção local.

## Referencias

BERDEGUÉ, J.A.; FAVARETO, A. *Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe*, Santiago de Chile: FAO, 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Recomendações para comercialização de produtos alimentícios em feiras livres, sacolões e varejistas*. Brasília; 2020 [Acesso em 2021 , mai 15]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/ptbr/campanhas/mapacontracoronavirus/>

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. Ed. Brasília, 2014.

CARRON, P. et al. *Sistemas alimentares para o desenvolvimento sustentável: propostas para uma profunda transformação em quatro partes*. In PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.(org.) *Sistemas alimentares no Século 21: debates contemporâneos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

CEPAL. *Universalizar el acceso a las tecnologías digitales para enfrentar los efectos del COVID-19*. Informe especial Covid-19, n. 7, 2020.



CESTA básica de alimentos: Banco de dados do DIESSE. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta/>> Acesso em: 15 jun. 2020

COREDE VALE DO CAÍ – *Perfil Socioeconômico Corede Vale do Caí-RS*. Governo do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134136-20151117104014perfis-regionais-2015-vale-do-cai.pdf>

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. *PNAD Contínua 2017*: realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas cresce entre os homens, mas mulheres ainda dedicam quase o dobro do tempo. 18/04/2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e-cuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FAO, IFAD and WFP. *The State of Food Insecurity in the World 2014*: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Roma; 2014.

FEE. *Corede Vale do Caí, 2019*. Disponível em <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Ca%ED>.

IBGE. *CENSO Agropecuário 2017*: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. *Desemprego. 2021*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 15 maio 2021.

IDESE 2015: *Banco de dados agregados da FEE*. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/idese/resultados-idese-2015/>> Acesso em: 18 jun. 2020

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS - IPES-Food. *From uniformity to diversity: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems*. Brussels: IPES-Food, 2016.



MALUF, R.S. et al.. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, Aug. 2015.

MATAMOROS, S.E.D.C et al. *Aprendizajes en tiempos de la COVID-19*. Bogotá: Aludhaa, 2020.

OBSERVADR/Covid-19: *Banco de dados agregados do Observatório do Desenvolvimento Regional*. Disponível em: < <http://observadr.org.br/portal/observadr-covid-19/>> Acesso em: 25 mai. 2020.

OLIVEIRA, C.. *O que o agronegócio e a produção de alimentos têm a ver com a covid-19?* 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/04/o-que-o-agronegocio-e-a-producao-de-alimentos-tem-a-ver-com-a-covid-19/>. Acesso em: 08 maio 2021.

PAMPLONA, N.. *Em um ano de pandemia, alta em preço de alimentos é quase o triplo da inflação*. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/em-um-ano-de-pandemia-preco-dos-alimentos-sobe-quase-tres-vezes-a-inflacao.shtml>. Acesso em: 15 maio 2021.

PANORAMA das cidades: *Banco de dados do IBGE*. Porto Alegre. 2019. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/portoalegre/panorama>> Acesso em: 21 jun. 2020.

POLLAN, M.. *Te Sickness in Our Food Supply*. 2020. Disponível em: <https://www.nybooks.com/articles/2020/06/11/covid-19-sickness-food-supply/>. Acesso em: 11 maio 2020.

PREISS, P.V., NAVARRO, R.S., WEBER, J.M., MELLO, L.L. de. Abastecimento alimentar e COVID -19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS. *Segur. Aliment. Nutr.*, 4º de março de 2021 [citado 15º de maio de 2021];28(00):e021007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661446>



PREISS, P. Challenges facing the COVID-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. *Agric Hum Values*, Agriculture, Food & Covid-19, May 2020.

PREISS, P. V.; DEPONTI, C. M. *Reflexões sobre o potencial da realocação alimentar para o desenvolvimento regional* In: *Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais*. 1 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, v.1, p. 261-292.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. *Mercados e Segurança Alimentar e Nutricional*. In: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. *A Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, v.1, p. 171-190.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. *A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: apresentando o debate* In: *A Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; GRISA, C.; MOLINA, A. A. *Os sistemas agroalimentares crise COVID- 19: é possível um cenário mais justo e equitativo?* In: *Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas*. 1 ed. São Paulo: Alexa Cultural, 2020, v.1, p. 235-260

SCHNEIDER, S.; *Mercados e Agricultura Familiar*. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. *Construção de Mercados e Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.

SWINBURN B et al. *The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report*. *Lancet*, v. 393, n. 10173, 2019.

TITTONELL, P. et al. Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America – A rediscovery of food, farmers and collective action, *Agricultural Systems*, V. 190, 2021, p. 1-16.



VALADARES, A., FABIO, A., GALIZA, M., SILVA, S., 2020. *Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais*. In: IPEA. Nota técnica no 69.